



**PROGRAMA DE GOVERNO**  
**Caderno Preliminar de Propostas**


**Lindberg Farias - Governador**



# Índice

- 1 Um programa de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro - Pág.3**
- 2 Pressupostos do Programa de Governo - Pág.9**
- 3 Promessas de 2010 não cumpridas - Pág.14**
- 4 13 Compromissos com Rio - Pág.20**





**1 Um programa de desenvolvimento  
para o estado do Rio de Janeiro**

# Um programa de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro

## CARTA AO POVO DO RIO DE JANEIRO

Lindberg Farias

A atual gestão do governo do Estado do Rio produziu uma situação fiscal insustentável. Após a recuperação das finanças, o superávit inicial de R\$ 4,5 bilhões deu lugar a um rombo crescente. O governo fechou 2013 com déficit primário de R\$ 4,7 bilhões, e a previsão para 2014 é de um rombo maior ainda, com um déficit estimado de R\$ 5,5 bilhões. A situação piora por conta da antecipação de receitas dos royalties do petróleo de 2015 a 2019, no valor de R\$ 9,3 bilhões. Este dinheiro, que seria recebido nos próximos anos, já foi usado agora, para cobrir o rombo nas contas do Estado, comprometendo o futuro do Rio de Janeiro.

Em paralelo a isso, persistem situações inaceitáveis de desigualdade que demonstram os erros de prioridade na definição de investimentos e políticas públicas. Além da desigualdade de renda, acentuou-se a desigualdade de oportunidades e a dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais. O Rio de Janeiro precisa ser transformado. O que foi feito de bom não pode ser jogado fora, mas o nosso estado pode ser bem melhor.

Os avanços que ocorreram no Brasil na última década, em termos de distribuição da renda, não foram plenamente acompanhados pelo Estado do Rio e as desigualdades se aprofundaram. Enquanto no Brasil a participação na renda dos 20% mais pobres cresceu 31%, no Estado do Rio subiu menos da metade, apenas 14,7%, e na cidade do Rio, na capital, só aumentou 5%. Para agravar o quadro de desigualdade, a participação na renda dos 10% mais ricos cresceu 0,9% no Estado do Rio e 6,3% na capital, aumentando a concentração de renda. No Brasil houve o inverso, com redução de 5,8% na participação da renda dos 10% mais ricos.

Hoje, os trabalhadores e a juventude exigem serviços públicos de qualidade. No Estado do Rio, milhões de trabalhadores sofrem todos os dias no transporte público intermunicipal que vai da Baixada, de São Gonçalo e de outras localidades para o centro da cidade do Rio. O trabalhador gasta três horas ou mais por dia

somente no trajeto casa-trabalho. E ainda tem a volta para casa.

A Cedae não investiu em saneamento nas regiões mais pobres. É uma empresa ultrapassada no tempo e nas ideias, que não cuida do bem-estar do cidadão e do meio ambiente. Nas regiões com população de baixa renda, há canais de esgoto a céu aberto que chegam aos rios são e despejados na Baía da Guanabara. Primeiro, adocece a criança pobre porque vive em condições desumanas, depois adocece e morre lentamente a própria Baía da Guanabara.

Na educação referente ao ensino médio, o Rio de Janeiro, que tem o segundo maior PIB do Brasil, tem o pior IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) quando são consideradas as regiões Sul e Sudeste. Também tem um IDEB inferior ao de estados de outras regiões do país, como Acre, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia, Goiás e Ceará.

Todos sabem que as escolas públicas da rede estadual são frequentadas por alunos de famílias de baixa renda, o mesmo segmento social que utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS). O Estado do Rio possui um sistema de saúde que tem a terceira pior avaliação do Brasil segundo o índice do Ministério da Saúde (IDSUS) que mede a qualidade do serviço e o acesso da população ao SUS. A cidade do Rio foi avaliada como a pior capital do Brasil.

A política de segurança pública do governo do Estado do Rio representou um avanço limitado. Resumiu-se a uma ocupação militar de territórios selecionados. Aos moradores pobres e de baixa renda não foi oferecido algo que vá além. A juventude pobre e negra quer ter esperança, quer estudar para ter empregos dignos na indústria do petróleo, quer aprender inglês, quer fazer cinema, cultura. O governo estadual não implantou um ponto de cultura sequer nas comunidades ocupadas por milhares de policiais militares.

Como não existe uma política de segurança integrada para todo o estado, após a ocupação militar de alguns territórios, a violência migrou para novas regiões na periferia da cidade do Rio e da sua região metropolitana. Em 2013, o número de homicídios dolosos, que sintetiza o sucesso de uma política de segurança, cresceu drasticamente em Belford Roxo (65,2%), em Duque de Caxias (20,8%) e em São Gonçalo (28,7%).

Foi a ausência de políticas de redução de desigualdades sociais que provocou esta desigualdade territorial. Quando o Estado e as políticas públicas estão distantes da vida dos trabalhadores e da juventude, os cenários urbanos e seus territórios são desenhados pelas desigualdades de renda e social. O surgimento de favelas e dos bairros pobres ou degradados não é algo natural, que supostamente decorreu do crescimento populacional nas metrópoles e regiões metropolitanas. Aliás, o crescimento populacional da região metropolitana do Rio não tem sido relevante.

No Estado do Rio e na sua região metropolitana, a concentração de moradores pobres e de baixa renda ocorre em espaços carentes de urbanidade. Aqui, forma-se um ciclo vicioso, as populações mais vulneráveis moram em lugares que não oferecem serviços e equipamentos públicos em quantidade e qualidade aceitáveis. Por exemplo, os filhos dos mais pobres vão para as piores escolas públicas – e como a rede de proteção social local é tênue, o grau de evasão escolar é elevado.

Um bolsão de pobreza se caracteriza pela falta de perspectiva para a juventude. Por exemplo, em Japeri, a taxa de abandono no ensino médio é de 16,4% e 40% dos jovens de 18 a 24 anos não trabalham, nem estudam. Mais: um número significativo de jovens entre 18 e 24 anos não trabalha e nem estuda em Queimados (36,1%), no Jacarezinho (38,8%) e em outras inúmeras regiões mais pobres do estado.

Nos últimos dez anos, houve por parte dos trabalhadores ganhos econômicos e de consumo. O crescimento econômico e do emprego pode melhorar as condições de vida de cada família dentro de casa, mas a vida do cidadão urbano contemporâneo se desenrola, em grande parte, na rua. A vida na rua, ou seja, o acesso à cidade e aos equipamentos e serviços públicos, unicamente quem pode melhorar são as políticas governamentais.

Fui prefeito de Nova Iguaçu e, mesmo numa cidade com poucos recursos, consegui fazer muita coisa, com criatividade, vontade política e sabendo que a prioridade precisa ser sempre para os que mais precisam. Lula mudou o Brasil. Nós vamos mudar o Estado do Rio de Janeiro.









## **2** Pressupostos do Programa de Governo

## **Pressuposto do Programa de Governo**

O programa de governo da Frente Popular vem sendo construído de forma participativa em reuniões presenciais e via internet. É um programa que envolve segmentos representativos da sociedade do Estado do Rio de Janeiro. Professores, pesquisadores, estudantes, profissionais de diversas áreas, artistas, ativistas de movimentos sociais, lideranças de bairros e de comunidades estão envolvidos nas discussões de mais de 20 temas. Assim como a sua construção, a implementação de nosso programa será feita pelo governo e pela sociedade, agindo como parceiros e caminhando num único sentido.

Abaixo são apresentadas as linhas programáticas gerais dos principais temas em que estão localizados os maiores problemas e as maiores potencialidades do estado. São linhas balizadoras da construção programática, participativa e colaborativa que está em curso.

### **Combate às desigualdades**

O Rio de Janeiro é profundamente desigual e os últimos governos agravaram este quadro. As prioridades que orientaram os investimentos e as políticas públicas evidenciaram as desigualdades que podem decorrer das diferenças de renda existentes. As desigualdades de renda foram potencializadas e são agora sociais. Mais: a localização dos investimentos reforçou as desigualdades sociais transformando-as também em territoriais. É preciso inverter prioridades para enfrentar as profundas desigualdades sociais e territoriais hoje registradas em qualquer área de atuação do poder público – da segurança ao transporte coletivo, da educação ao abastecimento de água, da saúde à oferta de opções culturais.

### **Educação**

A educação deve ser integral. O nosso objetivo é formar cidadãos. Entendemos que a escola é o local onde se deve ensinar a pensar, entender, raciocinar, comparar, decidir e ter consciência de direitos. A escola não deve continuar sendo o local da reprodução e memorização de velhos conteúdos, e sim o espaço da busca de realização através do ensino, da pesquisa, dos esportes, da cultura e do acesso a tecnologias e ao ensino técnico e profissionalizante. A cadeia que é formada a partir da creche e chega ao ensino superior deve estar totalmente integrada, cada passo sedimentando o próximo e sendo a consolidação do anterior. O professor e os trabalhadores da educação devem ser reconhecidos como sujeitos formuladores e não apenas como reprodutores de

programas e projetos baixados em um sistema que não reconhece trabalhadores, alunos, responsáveis e comunidade. Os professores também devem ser valorizados em sua carreira. Queremos transformar a escola no principal espaço público de promoção da cidadania e da qualidade de vida de uma comunidade ou bairro.

## **Saúde**

No sistema de saúde, o Estado do Rio precisa ter qualidade desde a atenção básica à alta complexidade. É necessário buscar mais eficiência e pôr para funcionar muitas instalações e equipamentos que já existem, mas operam de forma muito insatisfatória. A emergência nos hospitais, nas UPAs e no SAMU deve ser aperfeiçoada e universalizada. Mas temos que cuidar de todos, inclusive, daqueles que não procuram o sistema – como, por exemplo, os dependentes de álcool e outras drogas que estão desassistidos. Além disso, é necessário valorizar a participação do cidadão e dos profissionais de saúde nas definições e avaliação do sistema público. Isso é essencial para sua ampliação, consolidação e eficiência. A vida de cada um é imprescindível. O cuidado com a saúde vai além do sistema hospitalar e está relacionado também com o saneamento, com a segurança pública, com o transporte coletivo, com a qualidade do ar. Nosso compromisso é com um sistema de saúde eficiente e universalizado, mas precisamos também de um estado mais saudável em todas as suas dimensões.

## **Segurança pública**

Devemos construir uma política de segurança pública para todo o Estado do Rio de Janeiro. O que se quer é uma polícia que seja dura com o crime e respeite os cidadãos de bem. O projeto das UPPs é importante e será mantido, mas precisa de aperfeiçoamentos, com a oferta de outros serviços públicos nas comunidades onde estão instaladas as unidades. É preciso também oferecer à população desses locais escolas com ensino técnico e profissionalizante, creches, atividades culturais, equipamentos esportivos, atendimento médico. As UPPs, além do mais, representam apenas um primeiro passo, pois sua implantação promoveu a migração da violência para outras regiões que hoje sofrem com a ampliação da criminalidade. Para combater isso, é preciso resgatar os batalhões da PM, dando-lhes efetivo e equipamentos necessários para reforçar o policiamento nas ruas. Especialização, treinamento e formação continuada são os vetores necessários à polícia do Estado do Rio, que perdeu nos últimos anos sua capacidade de investigação. Só se pode reverter esse quadro com investimentos em inteligência e tecnologia que, quando utilizadas intensamente, reduzem a criminalidade e o número de vítimas.

## **Mobilidade**

Um dos principais problemas do Estado do Rio é a qualidade do transporte público. É precário, irregular, inseguro e caro. O governo tem relação simbiótica com as empresas que prestam os serviços, ficando sem controle do sistema e sem capacidade de adequá-lo às necessidades da população. Nossa meta é recuperar o controle do sistema e ampliar os diversos modais, e conectá-los é o principal desafio. Ampliar e conectar linhas de metrô, trens, ônibus e barcas em estações multimodais que devem ter estacionamentos para carros e bicicletários. O objetivo do nosso governo é a constituição de um sistema efetivamente público de transporte coletivo, que seja acessível, tenha conforto e segurança. A mobilidade nas cidades e entre as cidades deve ser um direito universal, sem distinção social, de raça, de gênero ou local de moradia, estudo, lazer ou trabalho.

## **Águas e saneamento**

O Rio de Janeiro tem uma baixa cobertura de abastecimento de água e coleta de esgoto. Há uma divisão social e territorial da água e do saneamento no estado. Valas de esgoto são fontes de doenças que reduzem a qualidade de vida de comunidades e obrigam as crianças a faltar à escola. Córregos e rios, poluídos, estão morrendo e levando a poluição para a Baía de Guanabara. A água potável é mal gerida, cara e desperdiçada, além de ser, há décadas, um problema crônico em todas as regiões do estado. Reverter este quadro é fazer inclusão social no estado que tem o 2º maior PIB do Brasil. Aproveitar todas as potencialidades que as águas oferecem ao Rio de Janeiro é essencial para um projeto de desenvolvimento sustentável. O saneamento através da coleta de esgoto em rede, a coleta do lixo e o abastecimento da água devem ser universalizados. Além disso, as águas oferecem possibilidades econômicas através do turismo e do transporte de barcas que devem ser exploradas.

## **Desenvolvimento sustentável**

Devemos fazer políticas públicas para atrair mais empresas e tecnologia para o Rio de Janeiro, mas o desenvolvimento que desejamos é sustentável. Não queremos empresas ou serviços públicos que gerem poluição do ar, das águas ou sonora. Temos conhecimento, qualificação e criatividade para dinamizar a economia e, ao mesmo tempo, aumentar o bem-estar da população. O nosso dinamismo não pode deixar heranças que reduzam as possibilidades do bem viver das futuras gerações.

## **Democracia e participação**

Para acertar nas prioridades e governar com legitimidade, será necessário um governo democrático, que valorize e estimule a participação da sociedade. Os cidadãos e as famílias devem auxiliar na elaboração e na definição de políticas públicas e na alocação de recursos públicos. Novos canais de participação devem ser abertos, especialmente via celulares e utilizando a internet. Os espaços tradicionais, tais como conselhos e conferências, devem ser reforçados. Devemos apostar na governança de forma territorializada, para que cada comunidade, bairro ou cidade participe e decida os investimentos públicos locais.

## **Potencialidades**

O Rio de Janeiro tem muita inteligência e muito conhecimento acumulados em instituições, empresas e comunidades. Temos universidades públicas e privadas, a Petrobras, o IBGE, a Finep, o Parque Tecnológico do Fundão, o INMETRO, o BNDES, a Fiocruz, o Museu Nacional e milhares de doutores pesquisadores. Temos ainda iniciativas criativas capazes de gerar renda e soluções nas comunidades, mas que não são reconhecidas, incentivadas e apoiadas pelo poder público. Objetivamos unir o saber popular e o conhecimento científico para produzir tecnologia e inovações para serem absorvidas não só pelo setor privado, mas principalmente pelos serviços públicos, com o objetivo de aumentar cobertura e qualidade desses serviços, além de gerar melhores empregos e mais renda para o estado.







### **3 Promessas de 2010 não cumpridas**

## Promessas 2010 não cumpridas

A gestão do Governo do Estado 2010/2014 era norteada por um Plano de Governo que deixou muitos compromissos no papel, gerando frustração e descrédito dos governantes.

O não cumprimento destes compromissos foi apenas uma das razões pelas quais o PT apresenta ao povo do Rio de Janeiro uma nova opção política, construída no campo popular e democrático. Elencamos aqui algumas propostas do plano de Governo de 2010 que foram abandonadas ou não foram cumpridas pela atual gestão.

### Transparência e Combate à Corrupção

*“Com o objetivo de aproximar o Estado da população e, reforçando a transparência da gestão do governo de Sérgio Cabral, diversas medidas serão ampliadas e aplicadas. Tais ações permitem, não só um maior controle do Estado sobre a gestão de suas contas, mas também o controle da população sobre a utilização dos recursos públicos pelo governo. Dessa forma, o Estado do Rio de Janeiro amplia sua caminhada no combate à corrupção.”*

Página 12 do Plano de Governo do Rio de Janeiro - 2011-2014.

Não houve transparência, nem combate à corrupção, ao contrário. Como ficou evidente para todo o Brasil, o governo do Estado sucumbiu no maior escândalo de corrupção da história do Rio de Janeiro, protagonizada por integrantes que ficaram conhecidos como a “Gangue do Guardanapo”.

### Solvência e Qualidade nos Gastos

*“A solvência do Estado garante o fluxo financeiro da economia gerada pelos investimentos, e a qualidade nos gastos garante investimentos que gerem benefícios reais à população do Rio de Janeiro. Assim, dentro desta perspectiva o futuro Governo Sérgio Cabral propõe ações no controle das contas e investimento do Estado, dentre elas:*

- Avaliar os benefícios fiscais existentes e propostos, bem como sua implementação;*
- Formalizar os procedimentos para determinação das Cotas Financeiras;*
- Implantar a Simulação da Dívida – Sistema de Operações de Crédito.”*

Página 14 do Plano de Governo do Rio de Janeiro - 2011-2014.

Como já se disse, o Rio de Janeiro está em situação fiscal bem diferente da versão apresentada pela atual gestão. Em 2013, as contas fecharam com déficit primário de R\$ 4,7 bilhões. E a previsão para 2014 é de um rombo de R\$ 5,5 bilhões.

## Saúde

*“A Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (Sesdec), tem como principal meta para 2011 a 2014, consolidar o sistema de atendimento à população, segregando uma rede de atendimento dividida em três principais níveis: Atendimento Primário, Atendimento Secundário e Atendimento Terciário. Esta rede tem como finalidade principal melhorar o atendimento nos hospitais, criando assim uma triagem no primeiro atendimento para direcionar o paciente à unidade de atendimento mais adequada à sua enfermidade.”*

Página 23 do Plano de Governo do Rio de Janeiro - 2011-2014.

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Rio de Janeiro tem a pior cobertura da rede básica de saúde do Sudeste, atendendo apenas 56% da população. A média nacional é de 68,4%. Este quadro se agrava quando olhamos os números de algumas cidades, que orbitam em torno de 30% de cobertura pela rede básica de saúde.

Muitas das promessas de equipamentos de saúde de atenção secundária simplesmente não aconteceram. Em toda a rede faltam médicos e a Saúde é considerada pela maioria da população do Rio de Janeiro como problema crônico, sem computar avanços nos últimos anos. Mesmo a UPA, considerada pela população como um bom projeto, está em risco pela falta de profissionais de saúde.

## Segurança

*“Com base no posicionamento estratégico desejado pela Secretaria de Segurança, de ser responsável pela ‘elaboração e execução da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro no âmbito das ações policiais’, na sua missão de ‘Planejar e gerir a política de segurança pública a ser executada de forma integrada pelas Polícias Civil e Militar, visando a melhoria da prevenção e da repressão qualificada à criminalidade’ e buscando a sua visão de ‘ser um órgão consagrado como responsável pelo planejamento, e gestão da Política de Segurança Pública e pela integração das polícias, com níveis toleráveis de criminalidade capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população’, foram estipuladas 04 metas globais a serem alcançadas pela Secretaria de Segurança no período de 2011 a 2014. Elas compreendem a consolidação da redução do:*

- Índice de homicídio doloso;
- Roubo de veículos;
- Índice de roubos de rua;
- Índice de latrocínio; “

Página 28 do Plano de Governo do Rio de Janeiro - 2011-2014.

De 2011 a 2013, cujos dados estão disponíveis, todos os índices aumentaram. Após incrementar exponencialmente os gastos com segurança, todos os índices de violência não apenas não recuaram como tiveram significativo aumento. Áreas que não possuíam altos índices de criminalidade hoje padecem com a violência e com as atividades do crime organizado, especialmente os relacionados ao narcotráfico (caso da Baixada Fluminense, São Gonçalo e Niterói). A Segurança Pública circunscrita às UPPs, com falhas graves na implantação que permitiram a migração da violência, trouxe à tona os limites desta política.

## **Educação**

*“Com base no seu papel de agente executor e avaliador do cumprimento das políticas educacionais emanadas do governo Federal, e na sua missão de ‘assegurar uma educação que garanta o acesso e a permanência com sucesso dos educandos na sala de aula’, foi definida uma meta global para a Secretaria de Educação (SEEDUC) no período 2011 a 2014: ‘Melhorar a Qualidade do ensino garantindo o acesso de crianças e jovens em idade escolar e de jovens e adultos propiciando condições para o seu desenvolvimento integral na sociedade.’”*

Página 41 do Plano de Governo do Rio de Janeiro - 2011-2014.

A educação da rede estadual de ensino está abandonada. Longe de estar no foco da prioridade do Governo, o setor foi relegado ao esquecimento e sua força de trabalho enfrentou falta de diálogo, truculência e desvalorização. O mais notável instrumento de discussão de melhorias para a educação no Rio de Janeiro foi o uso da força policial contra as manifestações dos professores.

## **Infraestrutura**

*“Dentro do projeto ‘Água para Todos’, Sérgio Cabral pretende levar água encanada para todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro. As obras dentro do Estado serão distribuídas nas regiões mais críticas e que demandam mais investimentos.”*

Página 53 do Plano de Governo do Rio de Janeiro - 2011-2014.

O fornecimento de água continua sendo um problema crônico de todas as regiões do Rio de Janeiro, sem registrar avanços em regiões densamente povoadas, como a metropolitana. O pífio fornecimento de água na Baixada chega a ser perversa, já que, de lá, sai a maior parte da água consumida no Estado. Há inúmeras outras promessas de incremento de infraestrutura que não saíram do papel, cujos símbolos são a Via Light e a Transbaixada, que demonstram a ausência de ação numa das regiões mais povoadas do Rio de Janeiro.

## **Transporte**

Praticamente todo o capítulo de Transportes ficou no papel. O programa do atual governo começa mostrando como realização a “Modernização dos Bondes de Santa Tereza”. O resultado desta “modernização” é conhecido por todos. Promessas como o início das obras da Linha 3 do Metrô (página 64) para levar o sistema a Niterói e São Gonçalo, modernização ou compra de 184 trens (página 65) e a reforma de todas as estações da Supervia (página 65) comprovam o descaso com o setor.





**4 13 Compromissos com Rio**

## 13 Compromissos com o Rio

### 1) Educação integral para um novo tempo

Apesar do valoroso esforço de muitos educadores, pais e estudantes, a educação no Estado do Rio de Janeiro está longe de assumir uma dimensão integral. O último esforço nessa direção foi realizado nos anos 80, com a implantação dos CIEPs. A despeito de eventuais falhas que possam ser apontadas, o projeto de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro tinha o mérito inquestionável de estabelecer a educação integral como política governamental prioritária. Ia além, ao definir a escola como um espaço aberto para a comunidade praticar atividades culturais e esportivas.

Essa ideia foi abandonada pelos governantes que vieram depois e agora precisa ser atualizada. O século 21 nos desafia a construir um novo modelo de CIEP, uma escola moderna, com ensino técnico e profissionalizante, aberta às novas tecnologias. Essa nova escola deve promover um trabalho pedagógico centrado em conhecimentos voltados à aplicação no cotidiano e no mundo do trabalho. Com isso, estaremos oferecendo oportunidades a milhares de jovens hoje submetidos à angustiante falta de perspectivas.

É preciso desenvolver as habilidades cognitivas dos estudantes, de modo que eles aprendam a ser sujeitos no processo de produção, sistematização e difusão dos conhecimentos. Diante do gigantesco acúmulo de informações oferecidas pelos diferentes meios em um mundo conectado, saber pensar de forma autônoma e interdisciplinar é um passo fundamental para a vivência qualificada e cidadã no mundo contemporâneo.

Essas premissas devem se materializar em um projeto pedagógico que pense os estudantes como seres plenos, com saberes, vivências, questões e perspectivas que, em geral, não são levados em conta nas formas tradicionais de ensino e aprendizagem que vigoram em nossas escolas.

A construção de referências ético-políticas para a convivência social é uma demanda fundamental no mundo contemporâneo. As diversas formas de violência que dominam a realidade brasileira são (re)produzidas nas instituições. Assim, o espaço escolar é central para a construção de uma pedagogia da convivência que permita o enfrentamento e a superação das múltiplas formas de violência.

A busca da educação integral é decisiva num projeto de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro que tenha o cidadão como a referência fundamental. Para tanto, é preciso construir, de forma coletiva e com os integrantes da comuni-



dade escolar, uma proposta curricular que leve em consideração a vivência, práticas, culturas e histórias de vida dos alunos, profissionais da educação, familiares e membros das localidades onde as escolas se inserem.

Precisamos de uma educação que prepare as crianças, os adolescentes e os jovens para a vida. A produção do conhecimento deve partir, de forma preliminar, da realidade do aluno. Propomos um espaço educativo que estimule um pensamento reflexivo, transformador e inovador, onde se interpreta, se inventa e se pratica. Um espaço que fortaleça os sentimentos de pertencimento, de autonomia, de liberdade, de curiosidade e de inconformismo com todas as formas de violência que afetam a nossa realidade social. A nova escola deve permitir a integração de cultura, esportes, meio ambiente, saúde, mundo digital.

A educação integral exige tempo para ser construída e, por isso, deve ser também integrada e em tempo integral. Os ensinamentos fundamental e médio não podem ser vistos de forma estanque. O processo de formação dos estudantes deve ser progressivo, evitando a sobreposição de conteúdos. O seu ponto de partida, desde as séries iniciais, é a promoção da integração social, o permanente estímulo da autonomia cognitiva e a oferta de informações básicas ao estudante sobre si, sua cidade, seu país e o mundo.

O ensino médio deve ser reconhecido como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para progredir no trabalho, em estudos posteriores e para o pleno exercício da cidadania.

Um projeto de educação que resgate a responsabilidade do estado com essa etapa da educação básica deve fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio. Deve ser ampliado o tempo dos estudantes na escola, assim como deve ser garantida a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais real, dinâmico e atrativo.

A política de educação profissional deverá compreender, ainda, o trabalho como princípio educativo e promover o acesso às ciências, às artes e à tecnologia, com o objetivo permanente do aumento do tempo de escolaridade. Alinhada às políticas de inclusão e equidade, a educação profissional deve buscar assegurar as condições objetivas para o desenvolvimento humano, assim como a garantia da efetiva integração do ensino profissional ao mundo do trabalho.

É necessário, por fim, que sejam formuladas políticas para a educação superior pública que articulem as instituições de ensino superior e a sociedade.

As universidades devem ser estimuladas a buscar soluções inovadoras e socialmente justas para as demandas e necessidades dos territórios em que se inserem, sem perder de vista as dinâmicas do mundo contemporâneo e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O ensino superior possui características próprias, como a heterogeneidade e variedade de tarefas de cada instituição. As decisões dos colegiados superiores das universidades estaduais terão força imperativa para o exercício racional e democrático. Isso qualificará e enriquecerá as decisões e fortalecerá as instituições. Da universidade deverá emanar o desenvolvimento científico que alimentará as políticas de desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro e as tecnologias do futuro.

A universidade deve ser um canal de democratização republicana, um espaço de mobilidade social. As conquistas de acesso ao ensino superior dos últimos anos devem ser preservadas e ampliadas com políticas públicas de acesso e permanência. Nas últimas décadas, o ensino médio cresceu quantitativamente no Rio de Janeiro. Isso coloca um desafio para a Universidade pública: aumentar vagas sem perder qualidade.

Além disso, o governo do Rio de Janeiro deve buscar estabelecer uma relação integrada com os municípios, União e setor privado. É preciso integrar escola e comunidade e pensar a educação de forma territorializada, em diálogo permanente com agentes sociais. Nesse sentido, uma gestão democrática, com a plena participação de todos os atores da escola na tomada das decisões fundamentais para as práticas pedagógicas, é o fundamento para a realização da educação integral que propomos.

Os educadores são elementos centrais para a realização desse projeto educativo e devem ser reconhecidos como sujeitos com direitos e potências, valorizando-se suas qualidades e recebendo condições dignas de trabalho, de salário e de tempo para o desenvolvimento da ação pedagógica. O governo deve ter compromisso com a permanente melhoria das condições de trabalho, o estímulo à formação continuada e a garantia de um plano de carreira que atenda efetivamente às demandas dos profissionais da educação.

Os profissionais da educação com maior investimento na formação acadêmica, especialmente mestrado e doutorado, serão estimulados a atuar em sua área de formação acadêmica na rede estadual. É preciso, ainda, forjar parcerias com organizações empresariais que permitam ampliar as formas de inserção dos estudantes da rede estadual no mercado de trabalho.

Um aspecto decisivo para o sucesso dessa empreitada é priorizar o uso dos recursos oriundos da exploração do petróleo do pré-sal destinados para a educação. Eles

devem ser canalizados para a universalização da educação infantil e do ensino médio, assim como para a educação inclusiva. É preciso criar mecanismos que ampliem as condições de acesso e permanência dos estudantes de origem popular nas universidades estaduais, inclusive nos programas de pós-graduação.

## 2) **Saúde para todos**

Muito se avançou na última década na melhoria das condições sociais e econômicas que se refletiram na saúde dos brasileiros. O balanço de 2014 do cumprimento dos objetivos do milênio (ODM) ilustra algumas conquistas de grande impacto. Em 2001, 14% da população brasileira se encontrava em situação de pobreza extrema. Em 2012, esse número foi reduzido para 3,5%. A desigualdade se reduziu de maneira significativa. Em dez anos, a renda dos 20% mais pobres cresceu 6,2%, contra 2,0% dos 20% mais ricos.

Durante a década, foram criados 20 milhões de empregos formais e a taxa de desocupação evoluiu para os níveis mais baixos em nossa história recente. Na educação, a taxa de frequência escolar de crianças de 6 a 14 anos chegou a 98,3%, e a proporção de estudantes com 19 anos de idade e pelo menos 11 anos de estudo quase dobrou, passando de 25,7% para 46,6%. Os domicílios com acesso à rede de esgoto passaram 66,7% para 78,6%; à rede de água encanada de 81,6% para 86,4%.

As políticas que conduziram a esses resultados repercutem nas condições de saúde da população brasileira. A esperança de vida ao nascer aumentou 4,2 anos no período, chegando a 74,5 anos em 2012. A mortalidade infantil caiu.

O Estado do Rio de Janeiro não acompanhou essas mudanças. Comparado com os estados da região Sudeste, o Rio não se saiu tão bem. Os fluminenses vivem, em média, dois anos menos que os moradores de São Paulo ou do Espírito Santo. A taxa de mortalidade infantil de 2012 situou-se em 13,8 por mil crianças nascidas vivas, acima da média nacional de 13,4.

Os dados indicam que ainda há muito o que fazer em relação aos cuidados básicos de saúde. Em todo o estado, mais de 20 mil pessoas morrem de câncer e outras 12 mil de infarto por ano, muitas das quais poderiam ser salvas por ações preventivas ou tratamento na hora e local adequados. Ainda não superamos doenças da pobreza, que não deviam mais provocar a morte de ninguém. Em 2013, cerca de 800 pessoas morreram de tuberculose, 200 mulheres de condições associadas à gravidez e ao parto e 50 bebês de sífilis congênita. A dengue, periodicamente, é uma ameaça.

Para o enfrentamento desses problemas é necessário fortalecer a ação inter-setorial. Ações no campo da educação, ambiente, saneamento, trabalho, desenvolvimento social, esportes, lazer e segurança têm forte impacto sobre as condições de saúde. As pessoas passam a necessitar de cuidados desde a sua comunidade até os cuidados hospitalares de maior complexidade.

Há um grande contingente da população idosa, de pessoas com deficiências e com doenças prolongadas que requerem cuidados de maior intensidade, que lhes devem ser ofertados em suas residências e comunidades, mas também em estruturas assistenciais de média e longa permanência e de cuidados paliativos praticamente inexistentes no Estado do Rio.

A ampliação do acesso à atenção básica, a expansão dos núcleos de apoio à saúde da família e das unidades de pronto atendimento ainda não deram conta da sobrecarga dos serviços de emergência, das dificuldades de internação hospitalar e das filas de espera para atendimentos de maior complexidade. O programa Mais Médicos, ao expandir os cuidados para áreas desassistidas, representa uma grande oportunidade para provocar mudanças no modo de prestar cuidados de saúde e deverá dar conta das peculiaridades do Rio de Janeiro.

O atendimento na área odontológica ainda está longe do necessário. As equipes de saúde bucal cobrem apenas cerca de 35% da população. A presença de programas preventivos de saúde bucal nas escolas ainda é bastante precária.

O cidadão deve estar no centro do cuidado e o atendimento lhe deve ser prestado de acordo com as suas necessidades. Ele deve ter a seu alcance equipes multidisciplinares, em unidades de saúde próximas de sua residência, que lhe garantam esse atendimento. As unidades devem estar articuladas com centros de saúde especializados e hospitais, formando uma rede integrada.

Por fim, o reconhecimento e a garantia dos direitos dos trabalhadores na saúde é condição necessária para a construção de um novo sistema de saúde para o Rio de Janeiro. O governo do estado deve assumir o papel de coordenar um novo modelo de gestão e estimular inovações que potencializem o vínculo entre os trabalhadores entre si e entre eles e a população.

O campo da saúde também é um campo de inovação, desenvolvimento, progresso e geração de empregos. O Rio de Janeiro sedia importantes elos da cadeia produtiva em saúde e serviços de excelência no campo da pesquisa e da prestação de serviços especializados. Essa capacidade deve ser expandida e potencializada.

Uma virada na saúde do estado não depende fundamentalmente da construção de hospitais e postos de atendimento. Mais do que isso, a solução é garantir equipamentos e equipes profissionais para estruturas já existentes, e que hoje

operam abaixo de sua capacidade. Para isso, nosso compromisso é o de ampliar os investimentos na área de saúde, aspecto em que a atual gestão do estado tem se saído muito mal. De acordo com os últimos dados disponíveis, analisados pelo IBGE, o Rio foi o pior estado da federação em termos de investimentos na área. Destinou para a saúde, em 2012, apenas 7,2% do orçamento, bem abaixo da média nacional, em torno de 11%. É plenamente factível ampliar esse percentual para 12% do orçamento, garantindo a realização, na rede estadual de saúde, de pelo menos mais 3,5 milhões de procedimentos anuais, entre consultas, exames e cirurgias de pequena complexidade.

### 3) **Direito à mobilidade**

O Estado do Rio de Janeiro necessita de um sistema verdadeiramente público de transporte coletivo, com tarifas acessíveis, conforto, segurança e rapidez, assegurando qualidade de vida à população. A mobilidade urbana dentro das cidades e entre elas é condição para o exercício de outros direitos, pois escolas, hospitais, creches e centros culturais estão distribuídos pelas cidades e exigem que as pessoas se desloquem para acessá-los. Além disso, os postos de trabalho também se concentram em algumas regiões.

Cidades com sistemas de mobilidade precários limitam os direitos dos cidadãos ao trabalho, à educação, à saúde, às atividades esportivas, ao lazer e à cultura. A precariedade, o desconforto e o tempo longo de viagem retiram dos cidadãos o direito ao descanso, ao tempo livre, ao cuidado e convívio com a família e os amigos. Atividades de lazer, como as culturais ou esportivas, também ficam prejudicadas nos fins de semana, já que, nestes dias e especialmente durante a noite, há uma redução da oferta de meios de transporte. Neste caso, uma atenção especial deve ser dada aos jovens, que precisam de meios para se deslocar para o lazer nos fins de semana, frequentando museus, centros culturais e bibliotecas.

Uma rede de transporte que garanta o direito à mobilidade deve integrar os diversos modais existentes. As linhas de ônibus devem ser planejadas, prioritariamente, com função alimentadora e desaguadora de metrô e trens. Deve-se evitar a competição das linhas de ônibus com os meios de transporte de alta capacidade, mais eficientes e ambientalmente sustentáveis. Também é preciso integrar meios alternativos e simples, como a bicicleta, aos mais complexos, integrando rotas de ciclovias, por exemplo, formando uma rede densa a serviço do cidadão. Vale destacar que as ciclovias e ciclo-faixas são quase ausentes fora da capital do estado. Um governo comprometido com a sustentabilidade deverá ser capaz de criar uma extensa malha que permita o uso da bicicleta como uma real e segura opção de transporte.

Hoje, no Estado do Rio, não existe capacidade de gestão e planejamento, pelo poder público, sobre a rede de transportes. Aspectos como itinerário, frequência, níveis de conforto e de ocupação dos ônibus, não podem ser definidos pelas empresas, mas sim pelo poder público. É preciso repelir, por exemplo, a postura típica das empresas de ônibus, que prejudica as populações mais carentes, ao reduzir de forma inadequada a frota circulante para regiões mais distantes ou em horários de menor fluxo.

Meios de transporte de alta capacidade, como o metrô, têm que ser expandidos para regiões de alta concentração populacional, que constituem origem e destino de grandes contingentes. No sistema de transporte de barcas, por exemplo, deve-se explorar todo o potencial disponível. Os trens metropolitanos devem ser transformados em metrô, que é mais adequado para linhas com estações próximas.

O governo do estado tem que retomar o controle do sistema de transporte. Os órgãos públicos responsáveis pela gestão e regulação estão capturados pelas empresas, a partir de intenso lobby político e econômico. Será preciso reorganizar o sistema tendo em vista os desejos e as necessidades dos cidadãos. As diretrizes que devem balizar a reorientação do transporte público são conhecidas, mas somente poderão ser aplicadas com eficiência após abertura da “caixa preta” que é o sistema de transporte coletivo do estado.

O sistema de transporte público não deve funcionar apenas para o deslocamento das pessoas de casa para o trabalho, no movimento pendular das periferias (bairros ou cidades dormitórios) em direção aos centros (onde estão a riqueza econômica e os empregos). As necessidades de mobilidade da população vão para além das suas vidas produtivas ou de formação escolar. As pessoas precisam do transporte para viver a vida em sua plenitude: conhecer territórios, experimentar novas vivências, participar de atividades culturais ou esportivas, encontrar os amigos e visitar familiares.

A mobilidade diz respeito à vida das pessoas e guarda forte relação com sua saúde, segurança e felicidade. Entretanto, o transporte público no Estado do Rio conforma um ambiente tenso e violento. Os conflitos de trânsito, associados à irritação causada pelo tempo de deslocamento, pela superlotação e pelos congestionamentos, afetam a todos, com consequências graves para a saúde física e psicológica da população.

Roubos e furtos são praticados, com alarmante frequência, dentro de ônibus e de outros meios de transporte. As mulheres, por sua vez, sofrem ainda com atos sistemáticos de violência sexual, cometidos no interior dos meios de transporte. Além

disso, as cidades do Estado do Rio privilegiam meios de transporte poluentes, com combustíveis fósseis, o que reduz ainda mais a qualidade de vida.

A péssima qualidade do serviço leva muitas pessoas, com capacidade econômica, a abandonar o transporte coletivo e utilizar o transporte individual. Ao mesmo tempo, o progressivo encarecimento das tarifas limita sensivelmente a mobilidade de grande parte da população. É preciso recuperar a qualidade e a atratividade do sistema de transporte coletivo que, ao contrário do transporte individual, traz benefícios em termos de redução de congestionamentos, que produzem poluição do ar, barulho e calor. A sustentabilidade também cumpre papel determinante: é preciso investir em meios de transporte coletivos com maior tecnologia, mais eficientes e menos poluentes, que utilizem fontes de energia renováveis.

#### **4) Segurança completa**

O quadro de desigualdades sociais, regionais, econômicas e de representação política no Rio de Janeiro também se reflete na política de segurança executada nos últimos anos. Em que pesem os avanços obtidos, e o principal deles foi a recuperação de territórios dominados pelo narcotráfico, o custo para o restante do Estado foi muito alto. Ao mesmo tempo em que foi implantado o principal programa de Segurança, a UPP, por erros cometidos no momento de ocupação policial, o crime migrou das comunidades para bairros da região metropolitana e até cidades do interior. Com os batalhões desguarnecidos, bairros e cidades inteiras ficaram à mercê do crime organizado, hoje convivem com o medo e a falta de segurança.

As UPPs constituíram o programa mais importante do atual governo para reduzir desigualdades no acesso à segurança pública. O objetivo é fazer uma ocupação permanente de territórios dominados por grupos criminosos, visando criar laços com a comunidade e implementar um modelo de policiamento comunitário, garantindo aos moradores dessas áreas mais pobres os mesmos serviços de segurança pública que estão disponíveis nas regiões ricas.

Entretanto, sem fazer a discussão sobre os critérios de distribuição geográfica das unidades, o programa tende a acentuar ainda mais as desigualdades sociais e territoriais. Essa tendência é agravada pelo risco de piora da situação em outras regiões por conta do deslocamento de criminosos para outras localidades.

Nos territórios em que já estão instaladas UPPs não pode haver recuo. Porém, a sobrevivência do projeto de pacificação depende de importantes melhorias.

É preciso articulá-lo a programas que valorizem os jovens, reduzam a evasão escolar e estimulem a criatividade cultural e associativa nas favelas e periferias. É preciso ter uma polícia que seja dura contra o crime, mas que respeite o trabalhador.

As UPPs devem se tornar verdadeiras Unidades de Políticas Públicas, agregando à ocupação militar um exército de professores e médicos e ampliando serviços essenciais, promovendo a paz nos territórios. Essas políticas públicas nunca chegaram e não houve a promoção do engajamento da comunidade à política de segurança.

Qualquer política de segurança pública dependerá de uma mudança das forças policiais. O Estado deve buscar políticas que adequem as polícias à sua missão de garantidoras de direitos. Para tanto, é preciso promover uma reforma das polícias, com o objetivo de permitir uma atuação definitivamente cidadã, que combine eficiência no combate ao crime com respeito aos trabalhadores. As táticas, estratégias e metodologias de ação policial devem ser orientadas em torno da articulação de ações preventivas e de repressão qualificada. A educação dos policiais e demais profissionais da segurança pública envolve formação, capacitação e treinamento, e deve estar orientada para o respeito a direitos fundamentais e de uma ação mais eficiente no combate e repressão ao crime.

O Estado deve contar com uma ouvidoria com transparência, mandatos, recursos, autoridade e participação da sociedade, que deve servir também aos policiais vítimas de violações no interior de suas instituições. Essa ouvidoria precisa estar municiada de tecnologia e presença local, resguardada a segurança de seus colaboradores.

Os policiais e demais trabalhadores da área de segurança pública devem ser valorizados do ponto de vista salarial e do ponto de vista moral e cidadão, reconhecendo méritos e riscos. Na medida em que o novo padrão educacional e as novas estruturas de gestão se harmonizem com as novas prioridades e metas, eles devem adquirir maior protagonismo na reforma institucional e mais responsabilidades decisórias em estruturas menos centralizadas.

A articulação federativa e a integração das diversas instituições de segurança pública passam pela criação de Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) Intermunicipais. As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) são também essenciais no processo de integração e devem ser multiplicadas, ampliando a capilaridade e descentralizando a gestão, permitindo melhor diálogo com as comunidades locais e troca cotidiana de informações.



O objetivo é articular as diferentes áreas das instituições, como a gestão do conhecimento e o planejamento, para a implantação de mecanismos hoje inexistentes de avaliação e monitoramento, além da incorporação de tecnologias nas áreas de investigação e prevenção.

O campo da prevenção ao crime é crucial. É preciso lembrar que a vulnerabilidade para o envolvimento em dinâmicas destrutivas relaciona-se com evasão escolar, que deve ser combatida com medidas específicas. Deve-se estimular os programas culturais que valorizem a juventude e abram espaço para seu protagonismo.

A Política de Segurança da Frente Popular também privilegia a segurança da mulher como uma das prioridades de sua ação. A Lei Maria da Penha é um avanço inegável do Brasil nos últimos anos e a polícia deve estar treinada e equipada para executar o que a Lei determina, coibindo, especialmente a violência doméstica. Outros grupos homogêneos que estejam eventualmente mais expostos também merecem programas específicos de prevenção e combate à violência.

É nossa meta diminuir os seguintes índices que explodiram nos últimos quatro anos:

- Índice de Homicídios
- Índice de Latrocínios
- Índice de Roubos de Pedestres
- Índice de Roubos de Veículos

Para atingir estes objetivos, o Programa da Frente Popular está baseado em quatro frentes:

- Melhoria das UPPs;
- Recuperação dos Batalhões e programa específico de segurança nos bairros;
- Integração das forças policiais estaduais com a Polícia Federal para agir em conjunto contra o crime organizado;
- Investimento pesado em novas tecnologias e sistemas visando maior eficiência e menor custo.

## 5) **Desafio das águas**

A água é atualmente, e será ainda mais no futuro, questão fundamental e estratégica para o desenvolvimento sustentável e foco causador de conflitos entre países, estados e municípios. A ONU estima que, até 2025, 30% da população mundial estará enfrentando severa escassez de água. Esse tema precisa ser colocado na ordem do dia de qualquer governo.

O tema engloba diversos aspectos, como abastecimento, saneamento, justiça ambiental, das enchentes, agricultura, mobilidade e turismo. O governo do estado tem a responsabilidade da proteção dos mananciais, rios, lagoas e bacias hidrográficas. O compromisso é cuidar, com prioridade e equanimidade, dessa riqueza e garantir que esteja acessível para todos.

Entre todas essas vertentes, a universalização do saneamento básico deve ser tratada como política pública fundamental. A situação do saneamento é precária no Estado do Rio. O atual governo investiu muito pouco do previsto de recursos próprios no saneamento em 2013 e o esgoto já se transformou em parte integrante da paisagem urbana.

O Estado do Rio possui um grande contingente da população, cerca de 50%, que não tem serviço de coleta de esgotos. Cerca de 65% do esgoto produzido não recebe tratamento adequado. Isto quer dizer que de cada três habitantes, apenas um tem esgoto tratado. Há desigualdades sociais e territoriais produzidas pela oferta diferenciada do serviço de coleta de esgoto.

A coleta de esgoto em rede é uma questão de saúde pública e justiça social, que apresenta sua face mais cruel na alta incidência de crianças atendidas por doenças causadas por parasitas oriundas dos esgotos. São frequentemente internadas com diarreia o que as obriga a faltar à escola. Um recente estudo da Universidade Federal de Minas Gerais aponta que esse tipo de infecção parasitária afeta a capacidade cognitiva das crianças, com consequências sobre o seu desempenho escolar.

Em geral, nos territórios onde a coleta de esgoto é feita em valas há ainda a falta de outro serviço: não existe coleta de lixo. Assim, as valas se tornam também depósito do lixo produzido pelas comunidades. Quando as chuvas chegam, produzem enchentes e levam esgoto e lixo para dentro das casas e para os rios, córregos ou para o mar. No período de chuvas, a aquisição de doenças derivadas do esgoto e a poluição das águas aumenta.

É fundamental ter a Cedae como instituição verdadeiramente voltada para o saneamento e garantia do acesso à água. Trata-se de uma questão de Direitos Humanos. É necessário promover a reestruturação do setor de saneamento no Estado do Rio, visando à universalização dos serviços de coleta de esgoto. A Cedae precisa passar por uma remodelação, garantindo mais transparência na prestação de contas e maior participação popular na gestão pública dos serviços prestados.

A Cedae tem diversos reservatórios históricos tombados, alguns localizados em antigas áreas de captação de água, que estão abandonados, como o Reservatório Carioca, no Centro do Rio, e o do Morro do Inglês, na Zona Sul da capital. É necessário reativá-los, por serem alternativas complementares de abastecimento.

Água e cultura estão intimamente ligados. Um novo governo deve propor a criação de um Espaço Cultural voltado para a educação ambiental ligado a água, para receber estudantes e turistas e desenvolver ações educativas nas escolas. A educação ambiental ligada à água pode também ajudar na redução do desperdício, que possui taxas altíssimas no Rio de Janeiro.

Também é preciso superar as divisões político-territoriais na análise dos problemas e passar a tratá-los de forma interterritorial. Não se pode pensar a questão do abastecimento e do saneamento sem considerar as bacias hidrográficas e os aglomerados urbanos em conjunto. A tão prometida e sonhada despoluição da Baía de Guanabara só será possível aprofundando o processo de saneamento no seu entorno e penetrando nas bacias dos rios que nela desagüam.

Se faz necessária uma visão sistêmica do assunto. Um novo governo deve seguir o exemplo que vem sendo adotado pelo mundo de “renaturalização” de rios e lagoas, investindo em plantio e proteção das matas ciliares e dos manguezais.

As consequências da crise climática também precisam ser enfrentadas e avaliadas. Prevenir e reduzir os danos de enchentes, inundações e desabamentos é uma tarefa urgente. O Estado precisa manter um monitoramento permanente das áreas de risco e estabelecer mecanismos de atuação imediata em situações de emergência.

Seguindo no caminho das águas, é preciso repensar a questão da mobilidade incluindo o transporte aquaviário como alternativa viável e sustentável. Ampliar o transporte de barcas na Baía da Guanabara desafogaria o tráfego de carros e ônibus e garantiria uma forma de transporte rápida e eficiente. Esse é apenas um exemplo que pode ser adotado no nosso Estado.

Garantir a balneabilidade das praias, rios, lagoas e oferecer soluções de transporte aquaviário, além de proporcionar um acréscimo significativo na qualidade de vida dos cidadãos, alimentaria positivamente a indústria do turismo. Prestes a sediar as Olimpíadas, o Estado do Rio é confrontado com o enorme desafio de repensar a gestão das águas como fator determinante para a redução da desigualdade social e a construção de um futuro sustentável para as próximas gerações.

Há medidas que já são consensuais entre os especialistas no assunto cuja adoção não parece dispendiosa. Entre elas, estão:

- A criação de parques fluviais como alternativas à ocupação das margens dos rios;
- A intensificação do processo de saneamento no entorno da Baía de Guanabara, envolvendo as bacias dos rios que nela desagüam, de forma a prescindir das Unidades de Tratamento de Rio (UTRs);
- A formalização de convênios com universidades e outros centros de produção de conhecimento e tecnologia para definir as áreas com riscos de sofrerem impactos da crise climática (como inundações e desabamentos) para aprofundar pesquisas sobre soluções de engenharia para o problema

## **6) Cultura para quem precisa**

Uma política de direitos que fortaleça a diversidade da produção cultural do Estado do Rio de Janeiro pelos territórios, identidades e expressões, com a participação nas decisões dos fazedores e criadores do campo da cultura e da arte. Este é o eixo central da política de cultura da Frente Popular para superação do atual quadro de desigualdades, fragmentação de ações e falta de desenvolvimento da economia da cultura com foco no direito e na diversidade.

Além disso, a gestão da cultura no estado deve estar em sintonia com o governo federal, não apenas para realizar pequenos projetos pontuais, mas para consolidar o Rio de Janeiro como referência no Sistema Nacional de Cultura, baseando sua gestão nos conselhos, planos de cultura, fundos e interação com os conselhos.

As ações da Secretaria de Cultura devem ser baseadas numa distribuição territorial dos recursos de forma mais igualitária, considerando:

- Na cultura: a garantia da identidade, o reconhecimento de novas formas de expressão e um programa de ação em que memória, patrimônio material e imaterial sejam consideradas;
- Na arte: o direito à experimentação e à autonomia e a retomada da centralidade do Rio de Janeiro como o principal polo de experimentação e formação das artes no país;
- No entretenimento: desenvolver a economia da cultura com a força das pequenas produtoras, dos coletivos, das cooperativas e das associações;
- No lazer: reconhecer e dar apoio a eventos, espaços e equipamentos inventados pelas comunidades como práticas culturais;

- Na educação: garantir a presença de artistas e da cultura comunitária nas escolas públicas de ensino médio, dando escala maior aos Pontos de Cultura e ao Cultura Viva;
- Na juventude: ser o principal espaço governamental que contribua na mudança do atual quadro de quase 500 mil jovens que não estudam nem trabalham em nosso estado, criando uma política efetiva de cultura e juventude;
- No imaginário internacional: fortalecer os atuais equipamentos clássicos de cultura, com autonomia e intercâmbio com outros países.

## 7) **Mais transparência e mais eficácia**

É preciso alterar a forma de administrar o Rio de Janeiro com base nos princípios da descentralização, participação, transparência, avaliação e efetividade. Trata-se de promover uma reorganização da estrutura do Estado, a partir de distintas camadas de interatividade e de diálogo dentro da administração e com o espaço público.

A proposta é um modelo de governo fundamentado em uma gestão democrática, cujo resultado esperado é o aumento da efetividade geral da administração. Deve-se enfatizar o uso intensivo de tecnologia web, a promoção de canais de avaliação de políticas públicas e a interação com os cidadãos centrada, sobretudo, nos conceitos de transparência e participação.

Busca-se oferecer uma abordagem alternativa para a transformação da gestão pública, a partir de uma proposta de governo em rede. E o que se pretende é um modelo de administração pública democrática, transparente e pautada pela busca da eficiência.

A configuração da estrutura em rede deve estar ajustada conforme objetivos estratégicos definidos no plano de governo, combinado com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A abordagem do governo em rede gera impactos em três planos de forma integrada:

1. No plano intrainstitucional, prevê um modelo de gestão transversal da estrutura da máquina pública, organizada em unidades de gestão articuladoras das áreas envolvidas em determinada política pública. Grupos temáticos serão organizados para sugerir ações de governo de forma integrada.
2. No plano interinstitucional, o governo em rede busca um processo de interlocução permanente do Executivo com os demais atores institucionais, como Justiça, Paramentos, a imprensa, entidades empresariais, sindicatos, movimentos sociais e instituições acadêmicas, para aprimorar o diagnóstico das demandas, a formulação de políticas e a eficiência na implementação.

3. No plano extrainstitucional, visa estabelecer espaços de participação e concertação social voltados à democratização dos processos de tomada de decisão, à formulação de políticas e à transparência por meio de diversas esferas de interatividade e diálogo com a sociedade.

Uma das dimensões de maior importância para a administração pública no século 21 é a da efetividade das políticas públicas. Na abordagem do governo em rede, essa dimensão é traduzida no princípio da transparência da estrutura de Estado e no sistema de permanente avaliação das ações realizadas pelo governo.

O governo em rede busca intensificar a abertura, o diálogo e a concertação social, instituindo a gestão em rede via web, incorporando as novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e o princípio do Estado virtual e de gabinetes digitais.

A utilização das novas tecnologias se apresenta cada vez mais necessária para garantir uma gestão democrática, transparente e eficiente, com uma visão sistêmica da participação e buscando a descentralização administrativa, permitindo a territorialização das políticas públicas e do orçamento. A utilização intensiva de tecnologia será também levada aos serviços essenciais do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte público.

Para isso, será preciso implementar plataformas digitais nas estruturas de governo, de forma a disponibilizar um canal de acesso ao governo e a adensar a interlocução com a sociedade. Tal processo permitirá um movimento de descentralização orçamentária nas estruturas de administração pública a fim de permitir a territorialização das ações de governo e das políticas públicas. Será garantido, ainda, o acesso da população a serviços de ponta para reclamações, queixas, atendimentos, denúncia e sugestões, de forma interativa, por diversos meios: presencial, telefônico e web em geral.

Toda essa transformação será conduzida em diálogo permanente com os servidores. São eles, necessariamente, o pilar fundamental de uma gestão pública cidadã. Nosso governo considera prioritário valorizar o funcionalismo, estabelecendo canais desimpedidos para que os servidores apresentem suas reivindicações e sugestões. É compromisso da Frente Popular implantar uma política de remuneração e formação profissional que atenda às expectativas do conjunto do funcionalismo. Só a valorização do servidor permitirá ao governo do estado do Rio de Janeiro oferecer a seus cidadãos serviços públicos de qualidade.

## **8) Atenção à infância e à juventude**

As políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro voltadas para a infância e juventude apresentam problemas estruturais porque não tratam, com efetividade, da proteção integral de crianças e adolescentes. Qualquer política pública voltada para as crianças precisa ser executada de forma interinstitucional entre todos os entes envolvidos e responsáveis, e as ações para sua proteção precisam ser construídas em rede para enfrentar todas as formas de violência. As modificações

estruturais passam por um compromisso dos governos, dos órgãos da Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, juntamente com a sociedade e as empresas que cumprem sua responsabilidade social.

No Rio de Janeiro, há carência na formação dos profissionais que trabalham com as crianças, que muitas vezes não estão preparados para identificar casos de violência física e sexual. Há carência, também, no atendimento especializado na rede de saúde para receber crianças e adolescentes vítimas da violência.

Os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas tampouco recebem um tratamento que garanta sua proteção, pois os profissionais que trabalham nas unidades de internação não têm qualificação adequada. Na maioria das vezes, esses espaços destoam de um ambiente de proteção porque suas estruturas físicas são impróprias e os jovens não conseguem encontrar um local para uma formação profissionalizante durante o cumprimento da medida.

Segundo o IBGE, cerca de 500 mil jovens do Estado do Rio de Janeiro não estudam nem trabalham, o que representa quase 30% das pessoas de 18 a 24 anos. Esta situação é mais evidente na juventude mais pobre, que não tem apoio do poder público para o seu desenvolvimento, agravando a desigualdade social no estado.

Esses jovens buscam saídas para suas vidas, mas não há uma política voltada para a juventude que garanta direitos de trabalho e renda, cultura, saúde, educação, esportes e lazer. Os poucos recursos públicos destinados aos jovens não chegam às suas mãos. Nem as boas iniciativas de organizações da sociedade civil, professores e ativistas receberam devida atenção do governo do estado. Enquanto isso, sem apoio governamental, parte da juventude cria soluções de trabalho, lazer, cultura e participação política.

No Rio de Janeiro, as manifestações de 2013 tiveram grande participação dos jovens, nas ruas e nas redes sociais. A juventude expressou seu descontentamento e a vontade de mudanças. As manifestações apontaram caminhos de mudança e participação, que devem ser incorporados pelos governantes.

Nosso projeto de desenvolvimento para o estado tem a juventude como um de seus principais agentes. Garantir o direito à vida, ao estudo, à renda, a oportunidades no mercado do trabalho, o aumento de experiências culturais e o reconhecimento daquelas inventadas pela juventude devem marcar a mudança de rumo do Rio de Janeiro. A diversidade étnica e de gênero deve marcar esta mudança de rumo.

Nosso programa tem um caminho claro e é um convite a construção coletiva com jovens, organizações e sujeitos que se dedicam à causa da juventude. Será necessário existir um Rio de Janeiro onde governo e juventude, juntos, realizem ações de incidência direta voltadas para todos os territórios e seus sujeitos – no interior, na região metropolitana, na região rural, na capital, nos bairros, favelas, condomínios e conjuntos habitacionais.

É preciso criar uma política transversal, integrada e coordenada pelo gabinete do governador, centrada no aumento da escolaridade, na ampliação das oportunidades de trabalho, no estímulo ao empreendedorismo, na defesa dos direitos culturais, na garantia da diversidade, na abertura de canais de participação (via internet, por exemplo) e no fim do extermínio da juventude pobre e negra.

Fundamental também é garantir a mobilidade urbana da juventude, de acordo com as necessidades educacionais, de lazer e experiências socioculturais.

### **9) Mais vida na terceira idade**

O Rio de Janeiro tem mais de 2,6 milhões de idosos com mais de 60 anos que dedicaram boa parte de suas vidas para a construção do nosso estado. É dever do governo criar condições e políticas públicas que garantam direitos aos idosos.

São notórias as desigualdades socioeconômicas e de oportunidades que o Estado do Rio de Janeiro apresenta em relação à população idosa, como a longevidade, que é maior nos grupos com renda mais elevada. Além disso, os idosos enfrentam diversos problemas, como a violência física e psicológica e a dificuldade de acesso a medicamentos e ao transporte público. O deslocamento da pessoa idosa, inclusive, deve ser facilitado, já que ela precisa acessar os serviços de saúde. Outro ponto importante é regulamentar e apoiar a profissão dos cuidadores.

É urgente elaborar um planejamento de mobilidade urbana voltado à população idosa na área de transporte coletivo, com linhas que possibilitem acesso aos serviços de saúde e áreas de lazer. Também já é tempo de garantir atendimento preferencial com qualidade aos idosos em todos os órgãos públicos.

No que se refere à saúde, é preciso regulamentar e apoiar a profissão de cuidadores para os idosos. Faz-se indispensável também viabilizar a entrega de medicamentos a domicílio quando necessário.

### **10) Assistência aos que mais necessitam**

O governo do estado precisa ter como norte a construção de uma sociedade mais justa e solidária, com o fim definitivo da extrema pobreza e das desigualdades sociais e com a plena garantia dos direitos. Para isso, o governo deve assumir suas funções na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

É necessária a afirmação do papel dos entes federados na implementação da política de Assistência Social através do SUAS de forma descentralizada e cooperativa. A implantação pelo governo do estado de coordenadorias regionais de capacitação, assessoramento, monitoramento, vigilância socioassistencial e avaliação dos serviços e impactos sobre a realidade local, aproximando a atuação do governo do estado das prefeituras, na identificação de demandas a serem atendidas, permitirá a articulação dos serviços e a ampliação e avanços significativos no alcance dos objetivos propostos.



Essa atividade desenvolvida pelo governo do estado não alcançará seus objetivos sem a interlocução com outras áreas, como a saúde, educação, cultura, esporte, lazer e moradia. A assistência social deve cumprir uma função articuladora, buscando tornar os indivíduos e famílias alcançáveis pelas diferentes políticas públicas. É importante assinalar que à medida que a garantia dos direitos se amplia, a cultura dos favores políticos de toda ordem tecida pela ausência efetiva do estado se fragiliza.

O governo do estado possuirá papel extremamente relevante à medida que reconhecer que a população tem necessidades, e também possibilidades. A assistência social será prestada a quem dela necessitar e aos que necessitam mais. Para esses “invisíveis”, cabem ações efetivas de defesa do direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social. É necessário reafirmar a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Não há garantia de direitos sem ampla informação dirigida à população para que, conhecedora de seus direitos, possa vir a utilizar na plenitude os recursos e serviços disponibilizados para ela. Não se pode perder de vista a dimensão estritamente social do desenvolvimento. A cidadania precisa ser plena. Há, em nível nacional, uma ação governamental responsável e consequente que busca resgatar a dívida social com as parcelas mais vulneráveis da sociedade.

Para tanto, deve-se dotar a Secretaria Estadual de Assistência Social com estrutura para garantir a atuação do SUAS de forma descentralizada e cooperativa, com a implantação de coordenadorias regionais de capacitação, assessoramento, monitoramento, vigilância socioassistencial e avaliação dos serviços e impactos sobre a realidade local. Além disso, é indispensável reordenar e redefinir a missão da Fundação Leão XIII e da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), inclusive sobre o uso de suas estruturas físicas.

### **11) Cuidado com dependentes químicos**

Enfrentar o problema das drogas exige um esforço de articulação de diversos setores: saúde, assistência social, segurança pública, educação, cultura, direitos humanos e programas de atenção à criança e juventude. As ações devem estar direcionadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social e ocupacional dos usuários. Estas ações devem incluir a participação dos familiares e atenção específica a alguns grupos que podem apresentar uma vulnerabilidade ampliada ou padrões específicos de consumo, como os povos tradicionais, crianças, adolescentes e população em situação de rua.

Com relação a atenção à saúde, a partir de Lei Federal no 10.216/2001, os portadores de transtorno mental têm direito ao tratamento, priorizando os cuidados extra hospitalares.

O foco da política de saúde será a ampliação da rede de cuidados buscando uma cobertura de fato abrangente e que conte com um sistema eficiente e ágil de referência e contrarreferência, principalmente com o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas – CAPSad nas modalidades intensiva, semi-intensiva e não intensiva, leitos em hospital geral e os Consultórios na Rua e Unidades de Acolhimento para faixa etária adulta e infantil, além da educação permanente em parceria com diversas instituições formadoras.

Pesquisas recentes têm mostrado a necessidade premente de estabelecer vínculos entre as cenas de uso (ruas, por exemplo) e os serviços especializados, como os CAPs. Deve-se ressaltar o papel central de unidades e equipes com atuação nas cenas de uso, como equipes de redutores de danos, membros dos Programa da Saúde da Família (PSF) e dos Consultórios na Rua.

É recomendável aliar a capacitação dos atores envolvidos nas ações de prevenção, tratamento e reinserção social através da educação permanente à abertura para a participação dos usuários e comunidade nas políticas e ações de prevenção, tratamento e reinserção social e ocupacional.

## **12) Força em políticas específicas**

As políticas afirmativas e reparatórias, iniciadas em 2003 no governo Lula, que incluíram uma parcela significativa da população negra, pobre e trabalhadora, deve ser um dos caminhos a ser seguido na construção de propostas inclusivas. O Estado do Rio de Janeiro, que sempre teve atuação importante nos acontecimentos sociais e políticos, na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial, precisa construir políticas de igualdade racial em conjunto e sinergia com os movimentos sociais.

O governo do estado deve se orientar pelo Estatuto da Igualdade Racial e atuar para eliminar as desigualdades etnicorraciais e o racismo, além de promover a igualdade racial nas instituições públicas e privadas, com a efetiva implementação do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Também é necessário implantar políticas públicas para a redução das desigualdades étnicas e raciais no mercado de trabalho.

Além disso, o governo deve implementar ações de economia solidária para promover a geração de renda através da agricultura urbana e do artesanato em povos tradicionais, quilombolas e indígenas. Na educação, é primordial enfrentar os preconceitos, capacitando educadores, profissionais e técnicos para que os princípios da laicidade e de equidade etnicorracial, de gênero e cultural sejam preservados. Deve-se implementar a LDB e incluir conteúdos didáticos atualizados sobre a cultura afro-brasileira. Os mecanismos de acesso, permanência e monitoramento do sistema de cotas nas universidades estaduais deve ser aprimorado.

O governo do estado deve defender, valorizar e reconhecer os povos tradicionais, por meio dos diversos grupos etnicorraciais indígenas, quilombolas e ciganos, desenvolvendo ações que efetivem a titulação de terras quilombolas, por exemplo, e também levem saneamento básico, acesso à água encanada e coleta de lixo em comunidades indígenas e quilombolas.

Na área de segurança, é necessário trabalhar na reativação do Disque Racismo no sistema de denúncia de crimes e incluir, na formação dos profissionais de segurança pública, o tema etnicorracial, para ter uma polícia mais próxima da comunidade. Essa ação deve estar alinhada ao projeto de levar mais serviços de estado e políticas públicas nas áreas de educação, cultura e formação profissional nas áreas com UPP. É preciso dar uma nova perspectiva aos jovens.

Na cultura, é preciso valorizar as manifestações culturais de resistência e afirmação negra, garantindo a participação delas na produção cultural do estado. Na religião, o caminho a ser seguido é o de defender a vigência do sistema laico e garantir o direito à liberdade de crença e culto a todos os cidadãos fluminenses.

O governo do estado deve assumir o compromisso de combater toda e qualquer forma de preconceito e intolerância. É preciso trabalhar a promoção da igualdade racial integrada com o desenvolvimento sustentável. Para desenvolver o Estado do Rio de Janeiro de forma socialmente justa, deve se pensar na inclusão da comunidade negra, historicamente excluída por uma política econômica baseado na escravidão.

Outra questão de suma importância para o poder público é a condição feminina. As mulheres são 52,64% da população do Estado do Rio de Janeiro, em torno de 8,4 milhões de pessoas, segundo o DIEESE (2013). Ao longo de anos, as poucas políticas públicas implementadas junto às mulheres foram deixadas de lado. Mulheres e homens não têm a mesma inserção no mercado de trabalho. As mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais – 40% da ocupação feminina encontra-se nesse segmento do mercado de trabalho. As diferenças continuam: as mulheres têm menor presença sindical e estão mais expostas ao desemprego.

A divisão sexual do trabalho persiste, pois às mulheres são delegados o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. Segundo dados do IBGE, em 2006, enquanto 90,2% das mulheres ocupadas dedicam-se aos afazeres domésticos, só 51,4% dos homens encontram-se na mesma situação. A diferença da intensidade desta jornada é inegável: enquanto as mulheres gastam 25 horas semanais, os homens gastam menos de 10 horas. No meio rural, o quadro se agrava, com a invisibilidade do trabalho feminino e a ocultação do tempo gasto com a produção de alimentos e os afazeres domésticos.

O ensino público estabelece, desde a entrada das crianças e adolescentes nas escolas, um processo de exclusão. Desde os livros didáticos, do reforço à divisão sexual do trabalho, do tratamento diferenciado e dos conteúdos trabalhados, as mulheres são educadas para submissão, a maternidade como seu destino e para internalizarem seu papel de inferioridade em relação aos homens. É preciso incidir sobre a formulação dos conteúdos escolares e garantir que a educação fomente a igualdade.

Os dados oficiais de violência contra a mulher reforçam essa relação histórica de submissão, com relações violentas entre os sexos. No Rio de Janeiro, segundo o Dossiê Mulher 2013, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública, as mulheres são as que mais sofrem violência. Nos casos de violência sexual, das 6.437 vítimas, 4.993 eram mulheres (82,8%). Em relação às tentativas de estupros, as mulheres são 94,9% das vítimas. Nos casos de lesão corporal dolosa, do total de 97.501 casos (homicídios, tentativa de homicídios e lesão corporal), as mulheres são 65% das vítimas. Quanto à violência psicológica, o delito “ameaça” teve 82.763 casos, 66,7% contra mulheres.

O Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a aderir ao Pacto Nacional de Violência contra a Mulher, em novembro de 2007, reconhecendo que cabe aos governos assumir esta agenda. Embora muito se tenha avançado desde então, ainda há muito a fazer neste campo para que se garanta às fluminenses uma vida livre da violência.

A integralidade e a promoção da saúde da mulher são princípios fundamentais, com a melhoria da atenção obstétrica, o planejamento familiar e o combate à violência sexual e doméstica. A política de saúde para mulher é mais ampla do que as preocupações em torno da maternidade e envolve a garantia do desenvolvimento de uma sexualidade plena. É de extrema importância promover campanhas que dividam a responsabilidade reprodutiva e os cuidados da criança com os homens e que sensibilize as mulheres jovens sobre as consequências de uma gravidez na adolescência.

Uma política pública de promoção dos direitos e da cidadania das pessoas com deficiência deve ter como premissa que as deficiências integram a diversidade humana e levar em consideração que os obstáculos e barreiras existentes no mundo provocam exclusão e desigualdade no pleno acesso aos direitos e à cidadania. O déficit de concretização dos direitos das pessoas com deficiência tem origem social e institucional, mas pode ser eliminado com políticas públicas que envolvam articulação com diversos órgãos de governo, passando por áreas como educação, saúde e acessibilidade, e contem com participação da sociedade civil.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta grande desigualdade social e de oportunidades, que afeta os mais pobres, as mulheres e as pessoas com deficiência. Nosso programa de combate à desigualdade e de construção de um projeto

de desenvolvimento para o Rio de Janeiro deve ter como um dos seus eixos a defesa dos direitos humanos e dos direitos da pessoa com deficiência.

### 13) **Desenvolvimento econômico e social**

O programa da Frente Popular para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro tem no centro de sua agenda a promoção da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. A razão desta ênfase é porque o Estado do Rio de Janeiro é um dos líderes no fomento de Educação, CT&I do país em instituições, empresas e comunidades. Temos universidades públicas e privadas, a Petrobras, o IBGE, a Finep, o Parque Tecnológico do Fundão, o INMETRO, o BNDES, a Fiocruz, o Museu Nacional e milhares de doutores pesquisadores.

Temos ainda iniciativas criativas capazes de gerar renda e soluções nas comunidades, mas que não são reconhecidas, incentivadas e apoiadas pelo poder público. Objetivamos unir a pesquisa e o conhecimento científico para produzir tecnologia e inovações em articulação entre o poder público e a iniciativa privada, entre os três níveis de governo e entre todas as regiões do Estado.

Se o Estado do Rio de Janeiro for um parceiro estratégico da promoção de Educação, CT&I, podemos dar um salto de qualidade na produção de novas tecnologias em todas as áreas de vocação econômica do Estado, atuando principalmente no fomento e na articulação de uma política regional que nos diferencie em termos de desenvolvimento econômico e social.

Serão três pontos principais:

- Reforçar e valorizar o papel da Faperj, destinando mais recursos para editais que promovam o desenvolvimento econômico e social do estado.
- Criar Agência de Inovação do Rio de Janeiro, para integrar Universidades e Empresas em projetos de geração de Educação, CT&I.
- Apoiar a expansão das atividades do Parque do Fundão e criar novos parques tecnológicos em articulação com universidades para apoiar o desenvolvimento de outras regiões do Estado.

O Estado do Rio de Janeiro tem, ainda, territórios com diferentes características econômicas e sociais. Para gerar trabalho e renda com sustentabilidade, o governo do estado deve fortalecer a economia solidária como um dos pilares para a construção de modelos de desenvolvimento que articulem práticas de cooperação, solidariedade, ajuda mútua, para permitir a geração de renda e qualidade de vida nos territórios.

A economia solidária é uma forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo, conectando as dimensões econômica, cultural, social e ambiental

em um processo que estimula a organização territorial dos trabalhadores de acordo com suas especificidades. Essa maneira de fazer economia, solidária e sustentável, se apresenta como possibilidade para segmentos sociais mais empobrecidos, que necessitam de políticas públicas que contribuam para o fortalecimento de seus empreendimentos.

Dessa forma, a expressão da economia solidária como estratégia de desenvolvimento requer a criação de um espaço que dê conta do seu caráter transversal e articulador, além de sua capilaridade nos diversos segmentos organizados em redes e cadeias sócio-produtivas.

Na área rural, o desenvolvimento no Estado do Rio depende do fortalecimento das unidades produtivas familiares. Esse é o caminho que pode propiciar vida digna ao homem, à mulher e à juventude do campo. As unidades familiares devem ser estimuladas a produzir alimentos mais saudáveis e acessíveis à população. A agricultura familiar deve ser um vetor prioritário para superar as desigualdades sociais e territoriais.

O desenvolvimento rural sustentável necessita de uma articulação de produção, distribuição e consumo com políticas públicas que privilegiem processos curtos de comercialização e beneficiamento dos alimentos e a produção orgânica e agroecológica.

Os problemas de mobilidade e de comunicação no interior do estado devem ser resolvidos para acelerar o desenvolvimento. É inaceitável não garantir aos moradores e trabalhadores do campo deslocamento fácil e acesso à telefonia móvel e à internet, essencial para uma juventude rural que está sedenta por informação e interação, além de ampliar possibilidades de comercialização.

Uma atividade estratégica para o nosso desenvolvimento é o turismo, que impacta mais de 50 de setores produtivos da economia, como construção, alimentos, móveis, automóveis e têxteis, e gera oportunidades para pessoas dos mais diferentes perfis: todas as idades, todos os níveis de qualificação profissional, todos os níveis sócio-econômicos.

O turismo no Estado do Rio deve se desenvolver tendo como base uma gestão participativa, promovendo a articulação entre os setores público, privado e profissionais do turismo. O turismo deve ainda ser gerido com planejamento, estabelecendo-se objetivos claros, metas, ações, de forma a aumentar a eficiência da gestão e a transparência, otimizando o uso dos recursos públicos e privados. Deve, também, promover o desenvolvimento a partir das diversas regiões turísticas, contribuindo para redução das desigualdades regionais e para o crescimento e a diversificação da economia do Estado.

Através do turismo deve-se valorizar as tradições e a cultura do Rio de Janeiro, que se manifestam nos valores, nas crenças, danças, músicas, festas e na gastronomia.

O turismo é, ainda, uma ótima ferramenta para estimular a economia criativa, trazendo consumidores para setores como moda, artesanato e audiovisual. O turismo, por meio do setor público e privado, deve estimular o empreendedorismo e a capacidade de inovação, a fim de que os destinos turísticos possam se tornar competitivos, expandindo os negócios atuais e atraindo novos, proporcionando ao turista uma oferta com diversidade e qualidade e aos empresários o retorno econômico de suas atividades.

O turismo deve valorizar o patrimônio natural de suas praias, rios, parques, fauna e flora. Valorizar o patrimônio histórico e cultural presente nas diferentes localidades, casarões, igrejas, museus, praças e ruas. Deve prezar pelo desenvolvimento de forma sustentável, visando oferecer uma experiência positiva para o turista, ao mesmo tempo em que promova qualidade de vida para a comunidade receptora, respeitando o meio ambiente, a cultura local e protegendo as crianças e adolescentes da exploração sexual.

Nosso compromisso é enfrentar os principais problemas para o crescimento do turismo no Estado, propondo ações que deverão ser priorizadas para cada um dos desafios elencados:

- Implantar o sistema de gestão do turismo no Estado do Rio;
- Reduzir a sazonalidade das regiões turísticas do estado;
- Estruturar a oferta e promover de forma integrada as regiões turísticas do estado;
- Preparar as regiões turísticas para captar e realizar grandes eventos;
- Fomentar a inovação, a participação, a capacidade empreendedora e a competitividade nos setores público e privado.

**ORIO  
PODE SER  
BEM MELHOR**

**Lindberg Governador**





